



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007780-66.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos**  
Exeqüente: **Antonio Carlos Caregaro**  
Executado: **Evaldo Paes Barreto Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de embargos à execução que está fundada no contrato de fls. 05/06.

A embargante não nega a existência da dívida cristalizada no documento que serviu de lastro à execução e tampouco que não cumpriu a obrigação a seu cargo para quitá-la.

Volta-se somente contra a multa que lhe foi cobrada, a exemplo da taxa dos juros de mora.

Assiste-lhe razão em parte.

Quanto à multa de 10%, não a tomo como abusiva ou excessiva.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Seu patamar é aceitável, especialmente diante da confessada inadimplência da embargante, de sorte que a redução propugnada não possui amparo.

Solução diversa aplica-se à taxa de juros moratórios.

Conquanto o embargado tenha tecido considerações razoáveis a propósito das tentativas – em vão – que está lançando mão para receber o seu crédito, é inegável que o regramento normativo existente atua no particular em seu desfavor.

Isso porque o Código Civil dispõe no seu art. 406 que os juros moratórios via de regra são fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, o que corresponde a 1% ao mês (CTN, art. 161, § 1º).

Esse é o valor máximo para incidência dos juros de mora, ressentindo-se de vício a estipulação em nível superior, como aqui se deu.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento parcial dos embargos, exclusivamente para a redução dos juros de mora para 1% ao mês.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTES EM PARTE** os embargos para que o valor exequendo seja apurado mediante aplicação da taxa de 1% ao mês de juros de mora.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução, devendo o exequente ajustar a planilha de fl. 07 ao ora decidido.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 20 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**